



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO



Janeiro/2012

Concurso Público para provimento de cargos de **Analista Judiciário - APJ** **Contador**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'AX', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

PROVA

Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- A duração da prova é de 3 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 4, considere o texto abaixo.

1 *As sociedades modernas da Europa ocidental, ou dos continentes e espaços colonizados ou profundamente influenciados por ela, que hoje abrangem quase todo o globo terrestre, podem ser descritas sucintamente por alguns traços gerais: o Estado-nação, o capitalismo, a forma industrial de organização da produção; a convivência e sociabilidade urbanas; e os valores jurídicos constitucionais de liberdade e igualdade. Tais traços, por si sós, entretanto, não eliminaram seus contrários – solidariedades étnicas, formas pré-capitalistas de produção, a vida rural ou as hierarquias sociais. A novidade moderna consiste, antes, na rearticulação, em todos os planos, das formas e relações sociais antigas sob a égide desses novos traços.*

15 *Assim, no que diz respeito à organização social, as hierarquias, os privilégios, as deferências e os outros modos de expressão das desigualdades entre os seres humanos passaram, para serem aceitos, a depender de outras lógicas de construção e justificação. Tornaram-se, do mesmo modo, fontes permanentes de contestação, propiciadoras de lutas libertárias de emancipação e fermento de novas identidades sociais.*

(Antonio Sérgio Alfredo Guimarães. "Desigualdade e diversidade: os sentidos contrários da ação". In **Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 168)

1. O autor,

- (A) ao caracterizar as sociedades modernas, chama a atenção para o fato de que o perfil desenhado tem abrangência universal, dado o cenário globalizante da contemporaneidade.
- (B) ao realizar a descrição das sociedades modernas, por meio de seus *traços gerais*, ordena-os de modo a expressar *sucintamente* o avanço de sua importância.
- (C) na série anunciada pelos dois-pontos (linha 5), elenca características exatamente proporcionais entre si, o que motiva a sequência delas sem a formação de qualquer tipo de subconjunto.
- (D) ao mencionar *Tais traços*, faz o pronome retomar especificamente o segmento *os valores jurídicos constitucionais de liberdade e igualdade*, ainda que sob a expressão *alguns traços gerais*, usada antes, tenha acolhido mais itens.
- (E) no terceiro período do primeiro parágrafo, com fundamentos manifestos, expressa um juízo que nega o caráter absoluto ou independente da descrição feita no período inicial.

2. É INCORRETO afirmar:

- (A) a expressão *no que diz respeito à organização social* (linha 15) traduz, no contexto, uma circunstância, implicando um traço restritivo.
- (B) a ideia de que *hierarquias, privilégios e deferências* (linha 16) expressam desigualdades entre os seres humanos está presente no texto, mas de modo subentendido.
- (C) em sociedades modernas, europeias ou não, houve uma ampla reorganização da ordem social quando formas de ação conservadoras conseguiram se sobrepujar aos modernos modos de articulação social, forma de produção e valores jurídicos.
- (D) em aparente contradição, em quase todo o mundo, as desigualdades entre os seres humanos são concomitantemente admitidas e rejeitadas, recusa esta que instiga alterações na organização social.
- (E) compreende-se do texto que grupos humanos buscam legitimar as *desigualdades* (linha 17) entre os seus componentes encadeando-as coerentemente nas convenções da sua peculiar organização social.

3. Afirma-se com correção:

- (A) em *ou dos continentes e espaços colonizados ou profundamente influenciados por ela* (linhas 1 a 3), ambas as sequências introduzidas por **ou** conectam-se diretamente ao segmento *As sociedades modernas*.
- (B) a expressão *por si sós* (linha 9) expressa, no contexto, uma causa.
- (C) se *antes* (linha 12) for substituído por "sobretudo", o sentido original se mantém.
- (D) é admissível considerar que a frase iniciada por *Assim* (linha 15) denota uma ilação.
- (E) a substituição de *para serem aceitos* (linha 18) por "à fim de serem aceitos" mantém a correção e o sentido originais.

4. A substituição que, acolhida pelo padrão culto escrito, mantém o sentido original do texto é a de

- (A) *As sociedades modernas da Europa ocidental [...] podem ser descritas* (linhas 1 a 4) **por** "As sociedades modernas da Europa ocidental [...], pode-se descrevê-las".
- (B) *As sociedades modernas da Europa ocidental, ou dos continentes e espaços colonizados* (linhas 1 e 2) **por** "As sociedades modernas, seja da Europa ocidental, seja dos continentes e espaços colonizados".
- (C) *entretanto* (linha 9) **por** "nesse íterim".
- (D) *sob a égide desses novos traços* (linha 14) **por** "sob a camuflagem desses novos traços".
- (E) *as deferências* (linha 16) **por** "as licenciosidades".



Atenção: Para responder às questões de números 5 a 7, considere o texto que segue.

- 1 O destino cruzou o caminho de D. Pedro em situação de desconforto e nenhuma elegância. Ao se aproximar do riacho do Ipiranga, às 16h30 de 7 de setembro de 1822, o príncipe regente, futuro imperador do Brasil e rei de Portugal, estava com dor de barriga. A causa dos distúrbios intestinais é desconhecida. Acredita-se que tenha sido algum alimento malconservado ingerido no dia anterior em Santos, no litoral paulista, ou a água contaminada das bicas e chafarizes que abasteciam as tropas de mula na serra do Mar. Testemunha dos acontecimentos, o coronel Manuel Marcondes de Oliveira Melo, subcomandante da guarda de honra e futuro barão de Pindamonhangaba, usou em suas memórias um eufemismo para descrever a situação do príncipe. Segundo ele, a intervalos regulares D. Pedro se via obrigado a apejar do animal que o transportava para “prover-se” no denso matagal que cobria as margens da estrada.

(Laurentino Gomes, **1822**: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil, um país que tinha tudo para dar errado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010. p. 29)

5. É correto afirmar sobre o excerto:

- (A) Formas verbais empregadas, como, por exemplo, *cruzou* (linha 1) e *estava* (linha 5), denotam que o autor, nesse trecho, limita-se a citar fatos passados concebidos por ele como contínuos.
- (B) A presença concomitante de certas formas verbais, como, por exemplo, *cruzou* (linha 1) e *é* (linha 6), evidencia que o autor, nesse trecho, mescla segmentos narrativos com comentários a respeito dos fatos.
- (C) Transformando a oração reduzida *Ao se aproximar do riacho do Ipiranga* (linhas 2 e 3) em desenvolvida, obtém-se “Aproximando-se do riacho do Ipiranga”.
- (D) Transpondo a frase *Testemunha dos acontecimentos, o coronel Manuel Marcondes de Oliveira Melo [...] usou em suas memórias um eufemismo* (linhas 10 a 14) para a voz passiva, obtém-se a forma verbal “tinha usado”.
- (E) Considerado o contexto, a substituição do modo subjuntivo pelo modo indicativo em *tenha sido* (linha 7) não interfere no sentido original, pois em nada fica alterada a atitude do falante em relação ao fato citado.

6. A análise do texto legitima a seguinte afirmação:

- (A) A organização da frase inicial exige que se considere o termo subentendido “sem” (“sem nenhuma elegância”), única possibilidade de torná-la sintaticamente adequada.
- (B) Os segmentos *futuro imperador do Brasil e rei de Portugal* e *o coronel Manuel Marcondes de Oliveira Melo* exercem a mesma função sintática nas frases em que estão inseridos.
- (C) As aspas em “*prover-se*” sinalizam o sentido pejorativo que o coronel Manuel Marcondes de Oliveira Melo emprestou à expressão.
- (D) Ainda que não tenha impedido a compreensão, a ausência do plural no segundo substantivo da expressão *tropa de mula* só pode ser entendida como um deslize, pois não há possibilidade de o padrão culto acatar essa formulação.
- (E) Considerando que *futuro* significa “que ainda está por vir”, nota-se que, nos casos em que a palavra foi usada (linhas 4 e 13), se toma como “presente” do que está por vir o dia do fato a que o autor se refere.

7. Cada alternativa apresenta segmento transcrito do texto e o mesmo segmento pontuado de modo diferente. A alteração que preserva o respeito ao padrão culto escrito, mas que provoca mudança do sentido original, é a encontrada em:

- (A) *Ao se aproximar do riacho do Ipiranga, às 16h30 de 7 de setembro de 1822,*
Ao se aproximar do riacho do Ipiranga – às 16h30 de 7 de setembro de 1822 –
- (B) *o príncipe regente, futuro imperador do Brasil e rei de Portugal, estava com dor de barriga.*
o príncipe regente futuro imperador do Brasil, e rei de Portugal, estava com dor de barriga.
- (C) *Acredita-se que tenha sido algum alimento malconservado ingerido no dia anterior em Santos, no litoral paulista.*
Acredita-se, que tenha sido algum alimento malconservado, ingerido no dia anterior em Santos, no litoral paulista.
- (D) *ou a água contaminada das bicas e chafarizes que abasteciam as tropas de mula na serra do Mar.*
ou, a água contaminada; das bicas e chafarizes, que abasteciam as tropas de mula na serra do Mar.
- (E) *Segundo ele, a intervalos regulares D. Pedro se via obrigado a apejar do animal que o transportava para “prover-se” no denso matagal que cobria as margens da estrada.*
Segundo ele a intervalos regulares, D. Pedro se via obrigado, a apejar do animal que o transportava para “prover-se” no denso matagal que cobria as margens da estrada.



8. As ideias estão articuladas de modo claro e correto na seguinte frase:

- (A) Mesmo sendo ele um hábil articulador e a despeito do grande prestígio de que gozava, não obteve êxito na transação, pois a verdadeira natureza do negócio lhe escapara.
- (B) Dependendo a transação de um hábil articulador e que gozasse de grande prestígio, do mesmo modo ele não obteve êxito nisso: faltara-lhe a verdadeira natureza do negócio.
- (C) Ele não obteve êxito no processo na transação, ainda que sempre foi hábil articulador e apesar de gozava de grande prestígio, dado a verdadeira natureza do negócio, que tinha ficado obscuro para ele.
- (D) Sendo ele um hábil articulador e gozando de grande prestígio não obteve êxito na transação, visto a verdadeira natureza do negócio ter escapado para ele.
- (E) Não obstante o hábil articulador que era e do grande prestígio que sempre desfrutou não obteve êxito na transação, deixando de ter clara a verdadeira natureza do negócio.

9. A frase que está redigida em conformidade com o padrão culto escrito é:

- (A) Em que pese sobre ele todas as denúncias, comprovadas ou não, insiste por permanecer no cargo, desafiando o senso comum de que deveria pedir demissão.
- (B) Meritíssimo, baseado nos documentos que vão em anexo, solicito vossa interferência para que se apressem as providências legais sugeridas por seu assessor.
- (C) Incipientes ou não nesse tipo de pesquisa, infringiram normas discutidas dias atrás, motivo pelo qual não lhes dei endosso, sabendo que a maior parte deles o deseja muito.
- (D) Não sei das causas que lhes impediram de questionar o modo que foi discutido o dissídio, mas acho que os representantes da classe sabem o porquê disso.
- (E) Não é estranho, a meu ver, essa postergação, principalmente se levar em conta a hesitação que manifestaram anteriormente sobre a data do encontro.

10. A frase que está em conformidade com o padrão culto escrito é:

- (A) Impingiu os filhos, sem grande discrição, convenhamos, a ideia de que a melhor solução seria encaminhá-los a um curso profissionalizante dali a dois semestres.
- (B) Sabia que nada poderia sortir tanto efeito quanto a promessa de que, em sendo necessário, seria, e sem resquício de dúvida, o depositário da causa de seus concidadãos.
- (C) Reteve os documentos para fazer a rescisão dos novos discidentes, mas não suspendeu os privilégios dos que lhe tinham prestado serviços até aquele momento.
- (D) Ele é aquele a quem os astros nunca favoreceram, por isso diz que, se alguém lhe previr benesses de uma conjunção astral, reivindicará o direito de digladiar com ele.
- (E) Fosse quais fossem as questões a serem debatidas, os funcionários cujos salários estavam atrasados combinaram não interpelar, mas também não transigir com a chefia.

Legislação Aplicada

11. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Pernambuco (Lei Estadual nº 6.123, de 20/07/68 e alterações posteriores), a respeito do exercício do cargo público, é INCORRETO afirmar:

- (A) A promoção interrompe o exercício.
- (B) O início, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do funcionário.
- (C) O responsável pelo serviço onde deva servir o funcionário, é competente para dar-lhe exercício.
- (D) O funcionário denunciado por crime funcional será afastado do exercício, até decisão final passada em julgado.
- (E) O funcionário que não entrar em exercício, no prazo legal, perderá o cargo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado.

12. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Pernambuco (Lei Estadual nº 6.123, de 20/07/68 e alterações posteriores), denomina-se aproveitamento o

- (A) reingresso no serviço público do servidor aposentado, por interesse e requisição da Administração, respeitada a opção do servidor.
- (B) ato pelo qual o funcionário demitido ilegalmente, reingressa no serviço público com o ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.
- (C) ato pelo qual o funcionário exonerado ilegalmente, reingressa no serviço público com o ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.
- (D) reingresso no serviço público do servidor aposentado, quando insubsistentes os motivos da aposentadoria, respeitada a opção do servidor.
- (E) retorno à atividade do funcionário em disponibilidade, em cargo igual ou equivalente, pela sua natureza e vencimento, ao anteriormente ocupado.

13. Considere:

- I. O Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, com sede na Comarca da Capital e Jurisdição em todo o território estadual, compõe-se de trinta e nove desembargadores.
- II. O Juiz mais antigo somente poderá ser recusado pelo voto nominal, aberto e fundamentado de dois terços dos integrantes do Tribunal de Justiça, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa.
- III. Um terço dos lugares do Tribunal de Justiça será composto, alternadamente, de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

De acordo com Lei de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco (Lei Complementar nº 100, de 02/11/2007, e alterações posteriores), está correto o que se afirma APENAS em

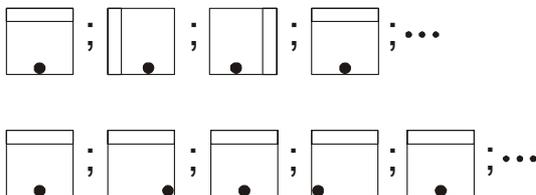
- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) I.
- (E) III.



14. De acordo com Lei de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco (Lei Complementar nº 100, de 02/11/2007) no que concerne à composição, funcionamento e atribuições da Corregedoria Geral da Justiça, é correto afirmar:
- (A) A Corregedoria Geral da Justiça fará inspeções mensais em todas as circunscrições.
 - (B) Os juizes membros da Comissão Estadual Judiciária de Adoção serão livremente indicados pelo Corregedor Geral da Justiça, independentemente da entrada a que pertencam.
 - (C) O Corregedor Geral da Justiça não poderá requisitar, de qualquer repartição pública ou autoridades, informações e garantias necessárias ao desempenho de suas atribuições, devendo solicitá-las ao Presidente do Tribunal.
 - (D) O Corregedor Geral de Justiça poderá requisitar qualquer processo aos juizes de primeiro grau de jurisdição, tomando ou expedindo nos próprios autos, ou em provimento, as providências ou instruções que entender necessárias ao andamento do processo.
 - (E) A Corregedoria Geral da Justiça cientificará da correção, com antecedência de cinco dias, a Ordem dos Advogados do Brasil e do Ministério Público Estadual, nas pessoas dos seus representantes legais.

Raciocínio Lógico

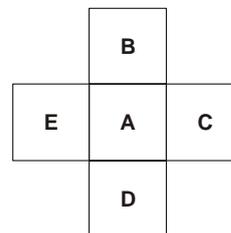
15. A sequência de figuras denominada A é formada por três figuras que se repetem ilimitadamente, sempre na mesma ordem. A sequência de figuras denominada B é formada por quatro figuras que se repetem ilimitadamente, sempre na mesma ordem.



Considerando as 15 primeiras figuras de cada sequência pode-se observar que o número de vezes em que as duas sequências apresentam figuras simultaneamente iguais é

- (A) 1.
 - (B) 2.
 - (C) 3.
 - (D) 4.
 - (E) 5.
16. Em uma enquete dez pessoas apreciam simultaneamente as praias **J**, **M** e **N**. Doze outras pessoas apreciam apenas a praia **N**. O número de pessoas que apreciam apenas a praia **M** é 4 unidades a mais que as pessoas que apreciam apenas e simultaneamente as praias **J** e **N**. E uma pessoa a mais que o dobro daquelas que apreciam apenas a praia **M** são as que apreciam apenas e simultaneamente as praias **J** e **M**. Nenhuma outra preferência foi manifestada nessa enquete realizada com 51 pessoas. A sequência de praias em ordem decrescente de votação nessa enquete é
- (A) **J**; **N**; **M**.
 - (B) **J**; **M**; **N**.
 - (C) **M**; **J**; **N**.
 - (D) **M**; **N**; **J**.
 - (E) **N**; **M**; **J**.

17. A figura mostra uma composição de cinco quadrados, todos com medida dos lados iguais a 4 cm. Imagine que o quadrado C se desloque, sobre o lado comum entre C e A, a distância de 1 cm aproximando-se do quadrado D. Imagine também que o quadrado D se desloque, sobre o lado comum entre D e A, à distância de 2 cm aproximando-se de E. Ainda imagine que o quadrado E se desloque, sobre o lado comum entre E e A, à distância de 3 cm aproximando-se de B.



O contorno da figura resultante dessas alterações imaginadas simultaneamente é um polígono com o número de lados igual a

- (A) 14.
- (B) 16.
- (C) 20.
- (D) 24.
- (E) 25.

18. Na sequência 1, 5, 8, 2, 6, 9, 3, 7, 10, 4, ... a lei de formação é uma adição, outra adição, uma subtração e repete a primeira adição, a segunda adição e a subtração, sempre da mesma maneira. Utilize exatamente a mesma lei de formação para criar uma sequência de números naturais a partir do número 7, e outra a partir do número 15. A diferença entre o décimo termo da segunda sequência criada e o décimo termo da primeira sequência criada é

- (A) 8.
- (B) 11.
- (C) 14.
- (D) 15.
- (E) 19.

Noções de Informática

19. Considere a planilha MS-Excel (2003):

	A	B
1	pri	2
2	seg	200
3	ter	450
4	qua	3
5	qui	32
6	sex	98
7	set	78
8	oit	47
9	non	8

O número 8 constante da célula B9 foi obtido pela função

- (A) =SOMA(B1:B8).
- (B) =CONT.NÚM(B1:B8).
- (C) =MÁXIMO(B1:B8).
- (D) =MÍNIMO(B1:B8).
- (E) =MÉDIA(B1:B8).



20. No MS-Word 2003, (I) Comparar e mesclar documentos e (II) Colunas são opções que podem ser acessadas, respectivamente, nos menus

- (A) Exibir e Formatar.
- (B) Formatar e Inserir.
- (C) Editar e Ferramentas.
- (D) Ferramentas e Formatar.
- (E) Ferramentas e Exibir.

21. Utilidades tais como calendário, temperatura, relógio e medidor de cpu, entre outras, podem ficar fixamente presentes na área de trabalho do MS-Windows 7. Trata-se de

- (A) painel de controle de serviços.
- (B) serviços administrativos.
- (C) *gadgets*.
- (D) *budgets*.
- (E) ícones da área de notificação.

22. Sobre vírus de computador é correto afirmar:

- (A) Se um vírus for detectado em um arquivo de programa e não puder ser removido, a única solução é formatar o disco onde o vírus se encontra para que ele não se replique.
- (B) Se a detecção do vírus tiver sucesso, mas a identificação ou a remoção não for possível, então a alternativa será descartar o programa infectado e recarregar uma versão de *backup* limpa.
- (C) Um antivírus instalado garante que não haverá nenhuma contaminação por vírus, pois os programas antivírus detectam e removem todos os tipos de vírus originados de todas as fontes de acesso ao computador.
- (D) Um vírus é um programa independente que pode se replicar e enviar cópias de um computador para outro através de conexões de rede. Na chegada, o vírus pode ser ativado para replicar-se e propagar-se novamente.
- (E) Um *worm* (verme) é um software que pode infectar outros programas, modificando-os; a modificação inclui uma cópia do programa do *worm*, que pode então prosseguir para infectar outros programas.

Noções de Direito Constitucional

23. Peixoto, membro do Ministério Público Estadual, está passando por enorme dificuldade financeira, e precisa auferir maior rendimento para custear as suas despesas básicas, pois o seu subsídio não está sendo suficiente. Nesse caso, para complementar sua renda, Peixoto poderá

- (A) participar de sociedade comercial, na forma da lei.
- (B) receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais nas causas que funcionar.
- (C) exercer a advocacia, desde que não advogue contra o Estado.
- (D) exercer uma função de magistério.
- (E) exercer atividade político-partidária em qualquer situação.

24. Lúcio, Amélia e Tito, respectivamente, pai, mãe e filho, são lavradores na pequena Cidade de Amambaí, Estado do Mato Grosso do Sul, e sozinhos, sem a ajuda de funcionários, cultivam soja na sua pequena propriedade rural, assim definida em lei. Lúcio investiu todas as suas economias pessoais na compra de uma máquina específica para ajudar a sua família na colheita da soja, acreditando que seria farta e que a máquina lhes traria um excelente resultado econômico. Porém, ocorreu uma geada que estragou toda a plantação, deixando Lúcio sem condições de saldar seus débitos vencidos decorrentes da atividade produtiva, sendo processado judicialmente. Nesse caso, a referida pequena propriedade rural

- (A) será penhorada, porém o Juiz limitará a penhora à parte de propriedade de Lúcio, pois Amélia e Tito não compraram a máquina.
- (B) é penhorável sempre porque deve garantir o pagamento integral das dívidas decorrentes da atividade produtiva, independentemente da existência de outros bens.
- (C) será penhorada desde que não existam outros bens penhoráveis.
- (D) será penhorada, mas, segundo a Constituição Federal, o Juiz dará a prévia oportunidade a Lúcio de pagar as dívidas em trinta e seis meses sem juros.
- (E) é impenhorável, face a vedação constitucional.

25. Aos servidores titulares de cargos efetivos dos Estados é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, sendo correto afirmar que o tempo de contribuição estadual e o tempo de serviço correspondente serão contados, respectivamente, para efeitos de

- (A) nomeação a cargo de comissão e promoção.
- (B) aposentadoria e de disponibilidade.
- (C) promoção e de aumento de vencimentos.
- (D) afastamento e de designação à função de comissão.
- (E) aumento de vencimentos e de nomeação a cargo de comissão.



26. A causa decidida, em última instância, pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, quando a decisão recorrida contrariar lei federal, será julgada pelo
- (A) Supremo Tribunal Federal em recurso extraordinário.
- (B) Superior Tribunal de Justiça em recurso ordinário.
- (C) Superior Tribunal de Justiça em recurso especial.
- (D) Supremo Tribunal Federal em recurso ordinário.
- (E) Tribunal Regional Federal competente.

Noções de Direito Administrativo

27. Analise sob o tema dos princípios da Administração Pública:

- I. Ato administrativo negocial pelo qual o Poder Público acerta com o particular a realização de determinado empreendimento ou a abstenção de certa conduta, no interesse recíproco da Administração.
- II. Atos enunciativos ou declaratórios de uma situação anterior criada por lei. Nesse caso, não cria um direito, mas reconhece a existência de um direito criado por norma legal.

Esses atos administrativos são denominados, respectivamente,

- (A) protocolo administrativo e apostilas.
- (B) apostila e portarias.
- (C) homologação e ordens de serviço.
- (D) protocolo administrativo e provimentos.
- (E) autorização e concessões.

28. No que se refere à responsabilidade da Administração Pública, é certo que

- (A) a doutrina moderna, distinguindo atos de *jus imperii* e de *jus gestionis*, admite responsabilidade objetiva da Administração somente quando o dano resulta de atos de gestão, excluindo-se os atos de império.
- (B) o ato legislativo típico, a exemplo da lei ordinária, em qualquer situação, que cause prejuízo ao particular, é indenizável objetivamente pela Administração Pública.
- (C) o ato judicial típico, lesivo, não enseja responsabilidade civil por parte da Administração Pública e nem por parte do juiz individualmente, em qualquer hipótese.
- (D) o dano causado por agentes da Administração Pública por atos de terceiros ou por fenômenos da natureza, também são indenizáveis objetivamente pela Administração.
- (E) os atos administrativos praticados por órgãos do Poder Legislativo e Judiciário, equiparam-se aos demais atos da Administração e, se lesivos, empenham a responsabilidade objetiva da Fazenda Pública.

29. Considere sob o foco do poder hierárquico:

- I. Chamar a si funções originariamente atribuídas a um subordinado significa avocar, e só deve ser adotada pelo superior hierárquico e por motivo relevante.
- II. A revisão hierárquica é possível, desde que o ato já tenha se tornado definitivo para a Administração ou criado direito subjetivo para o particular.
- III. As delegações quando possíveis, não podem ser recusadas pelo inferior, como também não podem ser subdelegadas sem expressa autorização do delegante.
- IV. A subordinação e a vinculação política significam o mesmo fenômeno e não admitem todos os meios de controle do superior sobre o inferior hierárquico.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) II e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I e III.
- (E) I, III e IV.

30. Em matéria de atributos do ato administrativo é certo que

- (A) a imperatividade está presente em todos os atos administrativos, salvo os normativos, e dependem da sua declaração de validade ou invalidade.
- (B) a presunção de veracidade e legitimidade não transfere, como consequência, o ônus da prova de invalidade do ato administrativo para quem a invoca.
- (C) a presunção de legitimidade autoriza a imediata execução ou operatividade dos atos administrativos, mesmo que arguidos de vícios ou defeitos que os levem à invalidade.
- (D) o reconhecimento da autoexecutoriedade do ato administrativo tornou-se mais abrangente em face da legislação constitucional, entretanto sua execução depende, em regra, de ordem judicial.
- (E) a exequibilidade e a operatividade não possibilitam que o ato administrativo seja posto imediatamente em execução, porque sempre exigem autorização superior ou algum ato complementar.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. Em relação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T 16 do Conselho Federal de Contabilidade, considere:
- I. As pessoas físicas que recebam subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público são equiparadas a entidade do setor público para efeito contábil.
 - II. O objeto da contabilidade aplicada ao setor público é o orçamento público e o seu objetivo é fornecer informações sobre os resultados alcançados pela gestão orçamentária.
 - III. Os serviços sociais e os conselhos profissionais devem observar integralmente as normas e as técnicas próprias da contabilidade aplicada ao setor público.
 - IV. As transações no setor público de natureza administrativa são aquelas originadas de fatos que afetam o patrimônio público, em decorrência ou não, da execução do orçamento.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

32. Se um prefeito não tem as informações atualizadas sobre a execução orçamentária no momento de decidir sobre a limitação ou não da emissão de empenho, é porque os registros e informações contábeis não possuem a característica denominada

- (A) confiabilidade.
- (B) comparabilidade.
- (C) compreensibilidade.
- (D) objetividade.
- (E) tempestividade.

33. Em relação aos princípios orçamentários, considere:

- I. O princípio orçamentário da unidade tem por objetivo apresentar todas as receitas e despesas em uma só conta bancária com a finalidade de confrontar os totais e apurar o resultado financeiro.
- II. A Lei Orçamentária Anual deverá conter todas as receitas, inclusive as operações de crédito por antecipação da receita e as emissões de papel moeda, e todas as despesas em conformidade com o princípio da universalidade.
- III. A Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivos estranhos à previsão da receita e à fixação da despesa, exceto autorização para abertura de créditos especiais e contratação de operações de crédito, conforme o princípio da exclusividade.
- IV. O princípio da publicidade justifica-se especialmente pelo fato de o orçamento ser fixado em lei, que, para criar, modificar, extinguir ou condicionar direitos e deveres, obrigando a todos, há que ser publicada.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) II e IV.
- (D) III e IV.
- (E) IV.

34. Em um governo municipal e conforme o regime orçamentário, a receita oriunda dos Impostos sobre Serviços deve ser reconhecida quando de

- (A) sua previsão.
- (B) sua atualização da previsão.
- (C) seu lançamento.
- (D) sua arrecadação.
- (E) seu recolhimento.



35. Uma despesa orçamentária efetiva é aquela decorrente de
- (A) auxílio financeiro a estudantes.
 - (B) aquisição de material de consumo.
 - (C) cobrança da dívida ativa tributária.
 - (D) aquisição de bens móveis.
 - (E) amortização da dívida fundada interna.
-
36. O mecanismo denominado Destinação de Recursos ou Fonte de Recursos classifica, respectivamente, as receitas orçamentárias em
- (A) correntes e de capital.
 - (B) aplicação direta e transferências a terceiros.
 - (C) vinculadas e ordinárias.
 - (D) tributárias e de capital.
 - (E) operacionais e não operacionais.
-
37. A adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido, é determinada pelo princípio
- (A) da entidade.
 - (B) da continuidade.
 - (C) do registro pelo valor original.
 - (D) da prudência.
 - (E) da competência.
-
38. Observe os elementos patrimoniais listados a seguir:
- I. Assinaturas de revistas pagas antecipadamente por um período de 18 meses.
 - II. Prédio utilizado pela educação superior.
 - III. Participações permanentes em empresas controladas pelo governo federal.
 - IV. Computadores a serem distribuídos para famílias de baixa renda.
 - V. *Softwares* utilizados para acompanhamento do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde.
- São classificados, respectivamente, como ativo imobilizado e ativo intangível os itens
- (A) I e IV.
 - (B) II e III.
 - (C) II e V.
 - (D) III e I.
 - (E) IV e V.
-
39. A reavaliação de ativos, quando aplicável,
- (A) consiste na adoção do valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esse for superior ao valor líquido contábil.
 - (B) deve ser realizada, pelo menos de dois em dois anos, para os itens do ativo que sofrem mudanças significativas no valor justo.
 - (C) pode ser realizada somente para um item de uma classe/grupo de contas do ativo imobilizado, por exemplo, apenas um edifício de um conjunto de edifícios operacionais.
 - (D) deve ser feita utilizando-se o valor justo ou o custo corrente corrigido na data de encerramento do Balanço Patrimonial.
 - (E) é permitida para ativos intangíveis que não tenham sido previamente reconhecidos como ativos na data de encerramento do Balanço Patrimonial.



40. Um equipamento de ressonância magnética foi adquirido por uma autarquia estadual pelo valor de R\$ (mil) 3.000,00, seu valor justo à época de aquisição. A autarquia pretendia trocar o equipamento ao final de 5 anos e estimava que o seu valor residual seria de R\$ (mil) 900,00. No final do primeiro ano de uso, apurou-se que o valor do ativo em uso era R\$ (mil) 2.650,00 e o seu valor justo menos custo de alienação era R\$ (mil) 2.580,00. Com base nessas informações e considerando que a autarquia utiliza o método das quotas constantes para depreciação do ativo é correto afirmar que no
- (A) final do primeiro ano, a autarquia deveria reconhecer perda por irre recuperabilidade.
 - (B) primeiro ano, a quota de depreciação mensal foi R\$ (mil) 35,00.
 - (C) final do primeiro ano, a autarquia deveria reconhecer reversão por perda por irre recuperabilidade.
 - (D) segundo ano, a quota de depreciação mensal foi R\$ (mil) 36,45.
 - (E) primeiro ano, a quota de depreciação anual foi R\$ (mil) 600,00.
41. Uma transação que resulta em lançamento contábil APENAS no Subsistema de Informações Patrimoniais é
- (A) o encaminhamento de créditos para a dívida ativa.
 - (B) a inscrição de restos a pagar processados.
 - (C) a aprovação das contas de convênios.
 - (D) a liquidação de despesas com a aquisição de veículos.
 - (E) a utilização de material de consumo.

Instruções: Para responder às questões de números 42 e 43, considere os dados relacionados a seguir:

Em 31/12/X1, antes da apuração do resultado patrimonial do exercício financeiro, a prefeitura de Ares Novos apresentava as seguintes contas com seus respectivos saldos:

CONTAS	R\$ (mil)
	SALDO
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.340,00
Benefícios Previdenciários.....	6.000,00
Caixa e Equivalentes a Caixa	230,00
Contribuições.....	2.000,00
Créditos Realizáveis de Curto Prazo	2.000,00
Demais Obrigações de Curto Prazo	164,00
Empréstimos e Financiamentos (curto prazo)	1.400,00
Empréstimos e Financiamentos (longo prazo).....	6.400,00
Estoques.....	444,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos.....	1.000,00
Fornecedores e Contas a Pagar.....	528,00
Imobilizado.....	5.900,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	12.000,00
Investimentos.....	1.300,00
Investimentos e Aplicações Temporárias de Curto Prazo	400,00
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias a Pagar	1.200,00
Patrimônio Social.....	1.180,00
Perda de Ativos	200,00
Pessoal e Encargos.....	26.400,00
Provisões de Longo Prazo.....	900,00
Resultado Negativo com Participações	838,00
Transferências (realizadas)	560,00
Transferências (recebidas)	40.000,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo.....	20.800,00
Valorização e Ganhos com Ativos	1.500,00
Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras	700,00
Variações Patrimoniais Diminutivas – Financeiras	2.240,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente.....	320,00



42. Com base nessas informações e sabendo que houve a incorporação de ativo no valor de R\$ (mil) 300,00 e a desincorporação de passivo no valor de R\$ (mil) 200,00, é correto afirmar que o resultado patrimonial do período foi, em milhares de reais,
- (A) 1.342,00 (positivo).
 (B) 162,00 (positivo).
 (C) 662,00 (positivo).
 (D) 538,00 (negativo).
 (E) 158,00 (negativo).

43. O Ativo Total era, em milhares de reais,

- (A) 11.614,00.
 (B) 11.934,00.
 (C) 12.834,00.
 (D) 13.93400.
 (E) 14.934,00.

44. Considere os dados extraídos do Balanço Orçamentário, referente ao exercício de X1, de uma determinada entidade do setor público:

	Em R\$ (mil)
Previsão Inicial da Receita	25.000,00
Previsão Atualização da Receita	26.000,00
Receitas Realizadas	24.500,00
Dotação Inicial	25.000,00
Dotação Atualizada.....	28.000,00
Despesas Empenhadas.....	25.500,00
Despesas Liquidadas	23.000,00
Despesas Pagas	22.000,00

A entidade abriu somente créditos especiais e não utilizou como fonte de cobertura a anulação de despesa, além disso, não houve reabertura de créditos adicionais. Com base nessas informações é correto afirmar que

- (A) a inscrição de restos a pagar não processados foi R\$ (mil) 3.500,00.
 (B) a economia orçamentária foi R\$ (mil) 5.000,00.
 (C) a parcela relativa à reestimativa da receita foi suficiente para dar cobertura aos créditos especiais.
 (D) o resultado de execução foi deficitário em R\$ (mil) 1.000,00.
 (E) a insuficiência de arrecadação ocorrida foi R\$ (mil) 500,00.
45. Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, os juros recebidos de aplicações financeiras e a amortização de empréstimos obtidos são classificados, respectivamente, como caixa das atividades
- (A) das operações e de financiamento.
 (B) das operações e de investimento.
 (C) de investimento e de investimento.
 (D) de investimento e de financiamento.
 (E) de financiamento e de financiamento.



46. O instrumento de gestão em que se registra o ato pelo qual o poder legislativo autoriza ao poder executivo, por certo período de tempo e, em pormenores, as receitas a serem arrecadadas, e fixa as despesas a serem realizadas no exercício financeiro vindouro, objetivando a continuidade, eficácia, eficiência, efetividade e a economicidade dos serviços prestados à sociedade, denomina-se orçamento
- (A) estático.
 - (B) público.
 - (C) financeiro.
 - (D) operacional.
 - (E) flexível.
-
47. O orçamento que enfatiza os fins, em vez de os meios, e que a base fundamental é o planejamento, em vez de ser apenas um instrumento contábil de controle, é o orçamento
- (A) programa.
 - (B) base zero.
 - (C) clássico.
 - (D) tradicional.
 - (E) legislativo.
-
48. Um orçamento elaborado com a característica de fácil compreensão pelo povo e seus representantes obedece ao princípio orçamentário da
- (A) sinceridade.
 - (B) especificação.
 - (C) legalidade.
 - (D) inteligibilidade.
 - (E) não afetação da Receita.
-
49. No ciclo orçamentário, as audiências públicas, emissão de parecer preliminar, proposição de emendas, emissão de relatório setoriais, de relatórios da comissão mista e relatório geral do congresso são etapas do processo de
- (A) controle.
 - (B) tomada de contas.
 - (C) elaboração.
 - (D) execução.
 - (E) aprovação.
-
50. No ciclo orçamentário, a apresentação das propostas orçamentárias dentro da estrutura programática da despesa, por meio de programas de trabalho, projetos, atividades e operação especial, é competência
- (A) da Secretaria do orçamento federal.
 - (B) do órgão setorial.
 - (C) do ministério do planejamento, orçamento e gestão.
 - (D) da presidência da República.
 - (E) da unidade orçamentária.



51. A avaliação de desempenho dos programas, a emissão de parecer prévio e o julgamento das contas dos gestores, no âmbito federal, são competências
- (A) do TCU – Tribunal de Contas da União.
 - (B) do TCE – Tribunal de Contas do Estado.
 - (C) do TCM – Tribunal de Contas do Município.
 - (D) do Ministério Público.
 - (E) da AGU – Auditoria Geral da União.
-
52. O projeto de lei que deve ser enviado pelo presidente da República ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto do primeiro ano de seu mandato, que define as prioridades do governo pelo período de quatro anos, e que contém as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital, e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada, refere-se
- (A) à LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (B) à LOA – Lei Orçamentária Anual.
 - (C) ao PPA – Plano Plurianual.
 - (D) ao PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.
 - (E) ao PNDE – Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico.
-
53. Conforme a Constituição Federal vigente, a lei que estabelece as prioridades para o exercício financeiro subsequente, orienta a elaboração do orçamento, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras de fomento, bem como define as metas e prioridades em termos de programas a executar pelo governo é a Lei
- (A) do Orçamento Anual.
 - (B) do Plano Plurianual.
 - (C) de Responsabilidade Fiscal.
 - (D) de Diretrizes Orçamentárias.
 - (E) da Seguridade Social.
-
54. Segundo o parágrafo 5º do artigo 165 da Constituição Federal de 1988, bem como o artigo 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto de lei que compreende os orçamentos fiscal, de investimento das empresas que a União detenha o controle acionário e da seguridade social, refere-se
- (A) à LOA – Lei Orçamentária Anual.
 - (B) ao PPA – Plano Plurianual.
 - (C) à LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (D) à LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal.
 - (E) à LDBE – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.
-
55. É INCORRETO afirmar que, segundo a Constituição Federal vigente, “Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de
- (A) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado”.
 - (B) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União”.
 - (C) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento”.
 - (D) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União”.
 - (E) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional”.



56. Conforme a Lei Complementar (Federal) nº 101/2000, artigo 52, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público e será publicado após o encerramento de cada bimestre até
- (A) 90 dias.
 - (B) 60 dias.
 - (C) 45 dias.
 - (D) 15 dias.
 - (E) 30 dias.
-
57. Segundo a Lei nº 8.666/1993, artigo 6º, inciso X, "o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT" caracterizam
- (A) a compra.
 - (B) a alienação.
 - (C) o projeto executivo.
 - (D) o projeto básico.
 - (E) a aquisição.
-
58. Um valor X foi aplicado a juros compostos de 10% ao mês durante dois meses em um fundo de investimentos A. O mesmo valor X foi aplicado a juros compostos de 20% ao mês durante dois meses em um fundo de investimentos B. Em relação ao rendimento da aplicação no fundo A, o rendimento obtido na aplicação no fundo B o supera em, aproximadamente,
- (A) 23%.
 - (B) 44%.
 - (C) 65%.
 - (D) 110%.
 - (E) 210%.
-
59. A cotação de uma ação da empresa Y subiu 15% em um mês (mês 1). Ao final do segundo mês (mês 2) havia subido 15% em relação ao final do mês 1. No término do terceiro mês (mês 3) a cotação havia caído 10% em relação ao final do mês 2. Encerrado o quarto mês (mês 4) a cotação da ação havia caído 20% em relação ao término do mês 3. Comparando a cotação da ação ao final do mês 4 com a cotação inicial, pode-se afirmar que:
- (A) as cotações são praticamente iguais com variação entre elas menor que 0,2% em relação à cotação maior.
 - (B) as cotações são exatamente iguais.
 - (C) a cotação é, aproximadamente, 5% menor do que a cotação inicial.
 - (D) a cotação é, aproximadamente, 5% maior do que a cotação inicial.
 - (E) a cotação é, aproximadamente, 8% maior do que a cotação inicial.
-
60. Uma taxa de juros nominal de 21% ao trimestre, com juros capitalizados mensalmente, apresenta uma taxa de juros efetiva, trimestral de, aproximadamente,
- (A) 21,7%.
 - (B) 22,5%.
 - (C) 24,8%.
 - (D) 32,4%.
 - (E) 33,7%.